

2.

Considerações iniciais

2.1.

Intelectuais e poder: uma relação delicada

Embora não constitua o núcleo da investigação proposta no presente trabalho, o tema da complicada relação entre intelectuais e poder, em especial ao longo dos anos em que vigorou o Estado Novo, período no qual se insere a revista pesquisada, merece aqui uma abordagem, ainda que breve e sem a pretensão de tratar o assunto em toda a sua complexidade, para melhor colocar em perspectiva a maneira como a questão se reflete nas páginas de *Cultura Política*.

Raúl Antelo, em capítulo de *Literatura em revista* dedicado à análise da colaboração de alguns intelectuais naquele periódico, transcreve o seguinte depoimento dado por Joel Silveira ao jornal *Folha de São Paulo*, durante entrevista realizada em 9 de janeiro de 1979:

[...] o DIP criou uma série de livros pequenos, tudo sobre Getúlio Vargas e o Teatro, Vargas e o Cinema, Vargas e a Literatura. Pagavam um dinheirão, em termos da época. Um pobre intelectual que ganhava, vamos dizer Cr\$1.500 com a edição de um romance, eles botavam Cr\$10.000 no bolso dele para escrever quarenta páginas sobre a coisa. Isso era um negócio terrível. Poucos resistiram.
-- Poderia citar alguns nomes?
-- Não é bom porque a maioria são meus amigos. A fraqueza humana é terrível. Eu sei, por exemplo, que o Graciliano Ramos não resistiu. Osório Borba e Carlos Drummond de Andrade também. Resistiram, particularmente, os intelectuais de esquerda, o pessoal ligado ao Partido Comunista, por motivos conhecidos, né?⁵⁸

No dia seguinte, 10 de janeiro, relata Antelo, o jornal publicou uma correção do teor da entrevista. Na *redação expurgada* (palavras de Antelo) o "não" que antecede o verbo "resistiu" é suprimido, e a frase aparece em nova versão: "[...] Eu sei, por exemplo, que o Graciliano Ramos resistiu. O Osório Borba e o Carlos Drummond de Andrade também [...]".⁵⁹

⁵⁸ SILVEIRA, Joel. Depoimento à *Folha de S. Paulo*, 9 de janeiro de 1979. **Apud** ANTELO, Raúl. "Cultura Política". In: ANTELO, R. *Literatura em revista*, op. cit., p. 9.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 89, nota 8.

Carlos Lacerda, em uma das passagens do livro *Depoimento*, faz uma observação igualmente cáustica acerca da proximidade, tantas vezes perigosa, entre intelectuais e poder que se desenvolveu na esteira da política cultural idealizada pelo regime de exceção instituído em novembro de 1937. Discorrendo sobre Lourival Fontes, por muitos anos a grande força motriz por trás do DIP, a quem atribui a criação do "mito Vargas", Lacerda comenta:

No DIP, ele mobilizou toda a intelligentzia brasileira para escrever sobre o Getúlio Vargas. Eu tenho aqui alguns panfletos [...] que são coisas [...] de deixar a gente meio envergonhado a respeito da intelligentzia nacional. Porque os sujeitos, em troca de uns dinheirinhos do DIP, escreviam assim: Getúlio Vargas e as Crianças, A Infância Maravilhosa de Getúlio Vargas [...]. E esses folhetos eram assinados [...] por homens como Gilberto Amado. Para dar um exemplo. Poderia citar muitos exemplos. [...] Inúmeros outros. Nenhum deles percebia bem o que estava fazendo.⁶⁰

Tudo indica que tanto a observação do jornalista e escritor Joel Silveira, quanto a do jornalista e político Carlos Lacerda remetem à atitude de intelectuais cujos nomes, a princípio, não se poderia incluir nas hostes dos que davam suporte ao governo, como é o caso, por exemplo, de Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade, citados por Silveira, ou de Gilberto Amado, a quem Lacerda especificamente menciona.

Apesar da posição expressa pelo político carioca no sentido de que nenhum dos personagens envolvidos "*percebia bem o que estava fazendo*", no caso concreto dos autores que ilustram com seus ensaios as páginas de *Cultura Política* talvez seja lícito inferir-se que boa parte não só sabia perfeitamente o que estava fazendo, como alguns o faziam por convicção. Os comentários de Joel Silveira e de Lacerda despertam curiosidade quando se lê, por exemplo, o que escreve o redator da introdução a um artigo de Graciliano Ramos, veiculado no segundo número da revista:

O sistema eleitoral da Primeira República criou, no interior do Brasil, curiosos tipos de caudilhos. [...] Todo um grupo de interesses pessoais se organizava em redor dessas figuras, que comandavam os negócios sociais. Cada uma delas podia repetir a frase simbólica de Luís XIV: "L'État c'est moi". E era mesmo. Depois de novembro de 1937, as coisas mudaram de rumo. Essas figuras caíram, se apagaram, se dissolveram na onda revolucionária que introduziu novos costumes e novos métodos de conduzir a vida regional. [...] E é a pena

⁶⁰ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 125.

*segura de um dos maiores romancistas do Brasil de hoje que nos vai pintar, em poucas palavras, esse quadro tão familiar aos que conheceram o Nordeste há alguns anos atrás.*⁶¹

Em outras palavras, o que o autor da introdução está anunciando é que Graciliano Ramos vai descrever como funcionava, ou melhor, como não funcionava o sistema da democracia representativa no período que antecede a instituição do Estado Nacional. Desta forma sugestionado, o leitor é levado a perceber, no pequeno conto que se segue, precisamente este sentido. Graciliano fala dos dissabores enfrentados por um governador que, decidido a viajar pelo interior de seu Estado na tentativa de "*endireitar os orçamentos municipais*"⁶², vê-se às voltas com as "*mesmas lamúrias, os mesmos enredos, as mesmas pequenas safadezas*" que tanto o incomodavam quando atendia em seu próprio gabinete, na capital. A história gira em torno da ascensão e queda de uma legítima representante do "*caudilhismo feminino*" -- termo empregado pelo autor do texto de introdução--, personificada na figura de D. Maria Amália, esposa de um influente chefe político local. "*Senhora terrível, sempre com um inimigo para deitar abaixo e um amigo para colocar*", como a definia o governador, a personagem julgava-se no direito de exigir favores e privilégios para seus eleitores e adotava, "*por intermédio do marido, o negócio de vendas à vista, tanto por voto*".

Fica claro que o propósito da revista, ao publicar o conto de Graciliano, é apresentar D. Maria Amália como símbolo do caos em que se encontrava o país antes que o golpe deflagrado em novembro de 1937 viesse por cobro a essa prática, identificada como um dos empecilhos ao funcionamento da verdadeira democracia. A propaganda fica implícita. O trecho destacado a seguir parece evidenciar esta intenção, inclusive pela menção que faz ao destino reservado, no cenário político pós-1937, ao tipo de personagem sintetizado na figura de D. Maria Amália, que passa a viver "*descontente*" com o desaparecimento de sua influência. A idéia é associar o novo regime ao fim da atuação de castas privilegiadas:

⁶¹ Introdução ao conto de Graciliano Ramos publicado, sem título, na seção "Quadros e Costumes do Nordeste". *Cultura Política*. Ano I, n.º. 2, abril de 1941, p. 246. (Na edição em livro, publicada em 1962, o conto recebeu o título de "D. Maria Amália").

⁶² RAMOS, Graciliano. Conto publicado, sem título, na seção "Quadros e Costumes do Nordeste". *Cultura Política*. Ano I, n.º. 2, abril de 1942, p. 246.

Essa figura antipática e exigente cresceu tanto que tomou para o governador as proporções duma calamidade. D. Maria Amália tornou-se um símbolo. Foi a representação da trapalhada econômica, social e política. [...]

E D. Maria Amália subia.

Depois desceu. Hoje é uma senhora grisalha, gorda, respeitável, com boas cores, bom estômago, boa memória. E vive descontente.⁶³

O interessante, porém, é que este final, que consta na versão do conto publicada em *Cultura Política*, é completamente diferente do final do mesmo conto conforme aparece no livro *Viventes das Alagoas*, publicado postumamente em 1962, no qual estão reunidas as crônicas de Graciliano Ramos veiculadas na revista. Eis o final que aparece na versão do livro:

E D. Maria Amália crescia.

Hoje é uma senhora bem conservada, respeitável, com excelentes relações.

Algumas pessoas julgaram há tempo que ela ia morrer. Tolice. Morrer tão moça, quando, como diz o poeta, este mundo é um paraíso!

Resistiu a todas as comissões de sindicância e está forte, gorda e bonita.⁶⁴

A leitura deste final indica que, ao contrário do que queria fazer crer o discurso oficial, os problemas persistiam e personagens como D. Maria Amália, longe de desaparecerem ou passarem a viver "*descontentes*", mantiveram sua influência, sobrevivendo "*a todas as comissões de sindicância*". Resta saber qual dos dois finais foi o originalmente escrito por Graciliano Ramos: o que aparece em *Cultura Política* ou o do livro editado em 1962. Caso tenha sido este último, isto seria um indicador de que os editores da revista teriam alterado o final com o propósito exclusivo de criar uma imagem positiva do governo Vargas. Mas se foi o da revista, pode significar que a versão publicada postumamente teria sido modificada para apagar uma possível imagem negativa de Graciliano.⁶⁵

⁶³ RAMOS, Graciliano. Conto publicado, sem título, na seção "Quadros e Costumes do Nordeste". *Cultura Política*. Ano I, nº. 2, abril de 1942, p. 247.

⁶⁴ RAMOS, Graciliano. "D. Maria Amália". In: RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. 14ª. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1984, p. 31.

⁶⁵ Tal investigação, porém, representaria um desvio em relação ao objetivo principal deste trabalho que, infelizmente, as limitações de tempo não me permitem fazer. Certamente devem existir estudos publicados sobre este aspecto específico, pois trata-se de fato relevante para a pesquisa sobre as diretrizes culturais do Estado Novo. Raúl Antelo, por exemplo, tangencia este ponto em *Literatura em revista*, ao comentar que uma determinada passagem de um outro conto de Graciliano Ramos que aparece na edição definitiva de *Viventes das Alagoas*, de 1962, foi omitida na versão publicada em *Cultura Política*, frisando que esta "ausência" se torna mais significativa que a presença. Antelo observa que o livro lançado em 1962 é uma versão não corrigida por Graciliano, restando supor que os contos que o integram estejam baseados nos originais enviados

Esta flagrante discrepância entre as duas versões -- especialmente se a publicada em 1962 tiver sido a original -- é sem dúvida elemento a ser considerado no debate em torno da produção literária de Graciliano Ramos durante o período em que esteve estreitamente ligado, por laços profissionais, ao governo autoritário de Vargas. Seus muitos admiradores postulam jamais ter o autor renunciado a produzir uma literatura de acentuado teor crítico, não havendo em seus escritos quaisquer referências de caráter elogioso à pessoa de Getúlio Vargas ou ao seu governo, muito embora tivesse sob sua responsabilidade a revisão de textos e a redação de crônicas sobre os costumes do Nordeste para *Cultura Política*.

O caso de Graciliano Ramos é emblemático. Preso em 1936, em pleno governo Vargas, sob suspeita de ser comunista e estar envolvido em atividades subversivas, passou quase um ano encarcerado sem que qualquer acusação formal jamais tivesse sido apresentada contra ele. Parte da pena foi cumprida na penitenciária de Ilha Grande. A experiência, como se sabe, transformou-se no clássico *Memórias do Cárcere*, publicado postumamente em 1953. Em abril de 1941 foi recrutado por Almir de Andrade para integrar os quadros do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), onde produziria alguns textos para a revista *Atlântico*, contemporânea de *Cultura Política*, e um total de 25 contos para esta última, publicados entre abril de 1941 e agosto de 1944. Segundo informa Raúl Antelo, ao longo dos dois primeiros anos em que colaborou com o periódico, a contribuição de Graciliano foi mensal, sendo que os primeiros 18 textos por ele elaborados foram publicados, sem título, em "Quadros e costumes do Nordeste", uma das seções fixas de *Cultura Política*. Os demais textos apareceram, já com título, na seção "Quadros e costumes regionais", que sucedeu aquela após a reformulação da estrutura da revista. Sobre a participação do escritor alagoano em *Cultura Política*, diz Antelo:

Graciliano Ramos [...], que começara escrevendo crônicas do Nordeste, ao que parece, coagido pela delicada situação econômica que atravessava e tentado pelos duzentos a quatrocentos cruzeiros com que se retribuía cada colaboração, continuará na revista até 1943. Não escreverá crônicas apenas. Com a entrada na guerra e as contradições internas ao Estado Novo, poucos são os intelectuais de prestígio dispostos a escrever na revista. A maior parte deles eram técnicos e

pelo autor à revista *Cultura Política*. ANTELO, Raúl. "Cultura Política". In: ANTELO, R. *Literatura em revista*, op. cit. Cf. p. 30.

*oficiais do Exército que não zelavam precisamente pela pureza do estilo. Pois frequentemente o autor de Vidas Secas empreenderia também uma revisão vigilante desses textos [...].*⁶⁶

Também digno de nota é um artigo escrito para a revista por Gilberto Freyre, a quem o diretor de *Cultura Política*, Almir de Andrade, se refere como genuíno representante da "*ala independente e realista da intelectualidade brasileira*" que vinha trabalhando no sentido de "*ajustar-se às realidades de um mundo novo, livre dos preconceitos e dos vícios intelectuais do passado*"⁶⁷. Vale recuperar uma pequena parte da trajetória deste importante intelectual, para melhor situá-lo no contexto de *Cultura Política*. Freyre, que deixara o Brasil em exílio voluntário quando da vitória da Revolução de 1930 e da chegada de Vargas ao poder, retorna ao país em 1933. Em 1935 foi convidado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para ministrar uma cadeira de sociologia na Faculdade de Direito do Recife. Outro convite, também em 1935, desta vez partindo de Anísio Teixeira, o leva a lecionar na Universidade do Distrito Federal. Ainda no mesmo ano, sofre um revés ao ser acusado de pertencer aos quadros da Aliança Nacional Libertadora, frente de oposição ao Governo Vargas, em virtude da reprodução de artigos seus por periódicos ligados à organização. Em 1937 foi indicado para ocupar a função de consultor técnico do Patrimônio Nacional, cargo que manteria até 1957. Após a deposição de Vargas em outubro de 1945, a destacada atuação de Freyre no movimento pela redemocratização do país permite-lhe lançar sua candidatura a deputado na Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido eleito em dezembro de 1945.

Em artigo veiculado no número 5 da revista⁶⁸, na seção "O pensamento político do Chefe do Governo", Gilberto Freyre discorre sobre o que reputa um importante movimento ocorrido sob a administração de Getúlio Vargas em termos de técnica de governo, no sentido de deslocar de uma perspectiva meramente política para uma perspectiva social e econômica o foco central das ações governamentais. O resultado almejado, a partir dessa mudança de foco, à qual o autor se refere como "*experimentação social*", seria encontrar soluções inovadoras

⁶⁶ ANTELO, Raúl. "Cultura Política". In: ANTELO, R. *Literatura em revista*, op. cit., p. 26.

⁶⁷ ANDRADE, Almir de. Democracia social e econômica. *Cultura Política*. Ano I, n.º. 6, agosto de 1941, p. 166.

⁶⁸ FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente. *Cultura Política*. Ano I, n.º. 5, julho de 1941, pp. 123-125.

para os problemas do país, libertando-se da "*rotina política e do estreito ritualismo jurídico e financeiro que se comunicara do Segundo Império à Primeira República*"⁶⁹. O fato de se imprimir ao governo uma orientação sociológica era, na sua avaliação, por si só suficiente para marcar o Estado Nacional como o advento de uma nova era na história da administração pública brasileira. E não se furtava em apontar Vargas como o arquiteto da nova orientação, cujas idéias brotavam não de teorias abstratas, senão que da cuidadosa observação dos fatos do Brasil real:

*Nenhum bacharel menos bacharelesco do que o Presidente Getúlio Vargas governou o Brasil. Nenhum inclinou-se tanto às soluções sociológicas e econômicas dos problemas [...]. Nenhum mais lido naqueles escritores, antes naturalistas do que retóricos, que desde Gabriel Soares de Souza nos põem em contato com a terra do Brasil e com a gente nativa, mestiça ou adventícia das vastas regiões: com as suas virtudes, seus alimentos, suas doenças, seus problemas, suas necessidades, suas possibilidades, suas aspirações.*⁷⁰

Mais importante, porém, para a relação entre intelectuais e Estado que está aqui sendo analisada, é o elogio -- seguido de conveniente ressalva -- que faz Gilberto Freyre a Getúlio Vargas em virtude de haver este se afastado do "*intelectualismo de sabor jurídico e ranço coimbrão*" que se alastrara pelo país ao longo do Segundo Império e da Primeira República:

*Dele afastou-se, um tanto pela pressão das circunstâncias, mas muito, também, pelas suas predisposições de homem de inteligência realista, o presidente Getúlio Vargas. Justiça lhe seja feita; e, desta vez, por quem não se especializou nunca em apologética; e está longe de ser um entusiasta absoluto dos métodos atuais de governo e de administração.*⁷¹ [grifo meu]

Esta última frase, aliás, vem corroborar o que diz o redator da introdução ao artigo de Freyre, ao chamar a atenção para a "*autoridade intelectual de quem o escreveu*"⁷².

O que movia expoentes da literatura brasileira, como Graciliano Ramos e Gilberto Freyre -- para citar apenas dois autores em tese não simpatizantes do novo regime -- a escrever nas páginas de *Cultura Política* não é, certamente,

⁶⁹ FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente, op. cit., p. 124.

⁷⁰ Ibid., p. 125.

⁷¹ Ibid., loc. cit.

⁷² Texto de apresentação a FREYRE, Gilberto. A propósito do Presidente, op. cit. Cf. p. 123.

pergunta que possa ser respondida no âmbito desta dissertação, pois as questões envolvidas são inúmeras e requerem outro tipo de abordagem. Para uma pesquisa em maior profundidade sobre a relação entre intelectuais e poder seria necessário realizar extensa consulta aos excelentes trabalhos publicados sobre o tema e que se tornaram referência nesta área de estudo.

No livro *Os intelectuais e o poder*, por exemplo, Norberto Bobbio alerta para a inadequação de se falar sobre os intelectuais como se formassem uma categoria homogênea, numa atitude que ele rotula de "*falsa generalização*"⁷³. O livro é referência essencial para quem se dispõe a estudar o assunto, na medida em que o pensador político italiano, para além de suas próprias reflexões, fala de obras que considera seminais para se estabelecer este tipo de debate. Dentre elas, apresenta algumas que reputa entre as mais importantes e que, de modo extremamente resumido e panorâmico, comento a seguir.

De Julien Benda destaca *La trahison des clercs*, escrito em 1927, que apresenta como sendo uma polêmica sobre as relações entre cultura e vida política e uma especulação sobre os deveres e a função do intelectual na sociedade. A posição assumida por Benda, segundo Bobbio, é de que a missão dos intelectuais é "*defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais*". Percebe, portanto, qualquer movimento no sentido de permitir que sua atividade se subordine "*aos interesses contingentes e às paixões irracionais da política*" como uma "*traição*" desta missão.⁷⁴

Sobre a missão do "*clerc*" na ótica de Benda, a socióloga Helena Bomeny acrescenta ser ela a de "*protestar contra todos os rebaixamentos espirituais*", ainda que exigidos "*em nome da pátria*". Sua atuação, neste sentido, funcionaria como elemento de "*perturbação do Estado*"⁷⁵. Para manter nítida a fronteira que separa o pensamento de sua apropriação para fins políticos, é necessário evitar comprometer a independência e o distanciamento que devem marcar a atividade intelectual, razão pela qual os "*clercs*" não se devem deixar atrair para a "*arena movediça da história*".⁷⁶

⁷³ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. 2ª. reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 9.

⁷⁴ Ibid., p. 32.

⁷⁵ BOMENY, Helena. "Infidelidades eletivas: intelectuais e política". In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 12.

⁷⁶ Ibid., loc. cit.

Bobbio aponta, também, *Ideologia e Utopia*, publicado em 1929 por Karl Mannheim, como estudo relevante nesta área. Ao contrário de Benda, que analisa o tema em seu aspecto moral, pondera Bobbio, para Mannheim a função dos intelectuais -- que no seu entender formam não uma "classe", mas uma "categoria" -- reveste-se de uma característica "teorética e prática"⁷⁷. Na medida em que no ambiente político de uma nação convivem diversas ideologias portadoras de perspectivas apenas parciais, o ideal, para Mannheim, seria produzir-se uma síntese capaz de fazer convergir as perspectivas em conflito, conferindo-lhes uma visão mais abrangente e uma configuração mais dinâmica.

Destaca ainda Ortega y Gasset, autor, entre outras obras importantes, de *La rebelión de las masas*, publicada em 1930. Na ótica deste pensador, os intelectuais constituem a "parte viva, progressista e moderna da nação", contrapondo-se às massas, "produzidas pela democracia doente dos nossos tempos" e que devem limitar-se a se deixar conduzir pela minoria formada pelos "espíritos clarividentes". Ortega, avalia Bobbio, talvez tenha sido o autor que de forma mais veemente reforçou o "espírito de casta" dos intelectuais.⁷⁸

Quanto ao pensamento do italiano Benedetto Croce, Bobbio ressalta sua convicção de que os intelectuais tinham uma função política própria que lhes cabia desempenhar, qual seja, a de "afirmar o valor da liberdade entendido como ideal moral da humanidade"⁷⁹. Tal função, para Croce, demarcava a fronteira entre o papel do intelectual e o papel do político e firmava a importância do intelectual na sociedade.

Bobbio pondera que se o debate travado em torno das relações entre intelectuais e classe política vinha progressivamente se revestindo de uma aura de preocupação, isto em muito se devia ao pressuposto de que os intelectuais pudessem efetivamente constituir um grupo homogêneo e diferenciado dentro do corpo social. Ele resume, de modo esquemático, o pensamento desses quatro autores para exemplificar sua análise, chamando a atenção para o fato de que em cada um deles está consubstanciado, implícita ou explicitamente, um "perigo de degeneração":

⁷⁷ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*, op. cit., pp. 32-33.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 33.

⁷⁹ *Ibid.*, loc. cit.

1. o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual (Benda); 2. a tarefa do intelectual é teórica mas também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas (Mannheim); 3. a tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas (Ortega); 4. a tarefa do intelectual também é política mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise (Croce).⁸⁰

Esta tendência dos intelectuais a se perceberem como uma classe isolada que paira acima dos demais segmentos da sociedade é apontada por Bobbio como um "vício fundamental" cujos desdobramentos, no limite, podem levar precisamente ao caminho que se pretendia evitar: o envolvimento acríptico na esfera da política, na forma de um "partidarismo da cultura que desafia, orgulhoso do escândalo, as inúteis vestais consagradas ao culto dos valores puros."⁸¹

Bobbio reconhece que a existência dos intelectuais como segmento que acredita exercer, ou que efetivamente exerce, um papel próprio na sociedade é um fato. Mas argumenta que sua existência, neste sentido, estaria condicionada primordialmente à capacidade de não se identificarem de forma tão absolutamente completa com a classe política a ponto de se fundirem com ela, ainda que o estudo de problemas ligados à política possa estar no centro de suas reflexões e "mesmo quando se constata a existência de casos em que é perfeita a identificação na mesma pessoa do intelectual e do político."⁸² Considera essencial que a cultura, no sentido mais abrangente do termo, que se refere à esfera em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos, em nenhum momento venha a ser totalmente reduzida à esfera do político. Faz questão de frisar, contudo, que não se trata de rejeitar a política, mas sim de "transcendê-la", o que não implica ignorar sua função imprescindível.⁸³

O autor propõe o uso de duas categorias -- "ideólogos" e "expertos" --, por ele criadas como critério de distinção para melhor organizar o debate em torno da tarefa política do intelectual. Aos "ideólogos", esclarece, compete elaborar princípios que possam servir de base para se justificar determinada ação, fazendo com que seja aceita, o que equivale a dizer que "em sentido forte, a ação é

⁸⁰ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*, op. cit., p. 34.

⁸¹ Ibid., p. 36.

⁸² Ibid., p. 83.

⁸³ Ibid. Cf. pp. 80-81.

'legitimada', pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação"⁸⁴. Já aos "expertos" está reservada a tarefa de identificar quais conhecimentos devem ser mobilizados para a consecução de um determinado fim, permitindo assim que a ação que corresponde a esse fim "possa ser chamada de racional segundo o objetivo."⁸⁵ E adverte:

Onde há correspondência perfeita entre a direção política e a ideologia, ou onde o experto é chamado para oferecer seus serviços para uma solução já determinada de antemão, temos certeza de que nos encontramos perante uma sociedade não-livre, da qual um dos indicadores mais característicos é o primado da política sobre a cultura, a redução total da esfera em que se desenrolam as batalhas ideais à vontade de domínio de quem detém o poder, com a consequente redução dos ideólogos a doutrinadores e dos expertos a mandarins.⁸⁶

Estas observações de Bobbio são perfeitamente aplicáveis ao movimento que se observava no interior do Estado autoritário liderado por Getúlio Vargas. Um regime que pretendia monopolizar todas as esferas de atividade da sociedade, subordinando-as à instância política. Um Estado que se impunha como mediador de conflitos e intérprete único da vontade nacional, que considerava legítima a interferência ideológica sobre o processo de criação intelectual, como forma de adequar a produção cultural aos objetivos políticos.

O único monopólio que deve caber ao Estado, alerta Bobbio, é o monopólio da força, e a tarefa primordial dos intelectuais deve ser a de impedir que o monopólio da força se transforme, também, em monopólio da verdade.⁸⁷

Em ensaio publicado no livro *Intelectuais e Estado*, no qual analisa essa relação a partir de situações específicas características dos Estados Novos português e brasileiro, Denis Rolland⁸⁸ debate o problema levantando a seguinte questão:

No que concerne à relação com o Estado, a questão mais complexa é saber se ele é capaz de fazer ou desfazer o intelectual. A valorização pelo Estado pode ou tem podido "fazer" os intelectuais aos olhos dos contemporâneos? Ao contrário, um intelectual demasiadamente ligado ao poder, sobretudo autoritário, pode ou tem

⁸⁴ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*, op. cit., p. 73.

⁸⁵ *Ibid.*, pp. 73-74.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 84.

⁸⁷ *Ibid.* Cf. p. 81.

⁸⁸ Professor da Univesidade Robert Schuman, Strasbourg 3, França.

*podido ser posteriormente "desclassificado", tirado desta categoria sociocultural por um julgamento retrospectivo?*⁸⁹ [grifo meu]

Na avaliação deste autor, a ligação com o Estado é fator preponderante no processo de se "fazer" ou "desfazer" um intelectual. Este pode vir a ter sua imagem conspurcada, em especial em um eventual contexto de retorno à democracia, caso tenha estabelecido fortes vínculos com o Estado durante período sob regime de exceção. No caso do Estado Novo brasileiro, Rolland enfatiza a forte atuação do Estado no sentido de, envolvendo os diversos segmentos da opinião pública na lógica política do Estado, enquadrar os intelectuais, transformando-os em instrumentos do poder a serviço da propaganda governamental.

Edward Said, um dos mais destacados críticos literários do século XX, autor de inúmeros livros e artigos sobre cultura e política, tece um comentário que considero essencial ao tema discutido nesta dissertação e que, aplicado ao cenário específico do Estado Novo, contribui para lançar luz sobre a atividade dos colaboradores de *Cultura Política*. Em *Representações do Intelectual*, ao discorrer sobre a clássica definição de intelectual formulada por Julien Benda em *La trahison des clercs*, Said ressalta que

*De acordo com Benda, o problema dos intelectuais de hoje é que eles concederam sua autoridade moral àquilo que, numa frase premonitória, ele chama "a organização de paixões coletivas", tais como o sectarismo, o sentimento das massas, o nacionalismo beligerante, os interesses de classe. Benda escreveu isso em 1927, bem antes da época dos meios de comunicação de massa, mas ele pressentiu quão importante era para os governos terem como seus servidores aqueles intelectuais que podiam ser convocados não para dirigir, mas para consolidar a política governamental, para expelir propaganda contra inimigos oficiais, eufemismos e, em escala mais ampla, sistemas inteiros da Nova Língua Orwelliana, capazes de dissimular a verdade do que estava acontecendo em nome de "conveniências" institucionais ou da "honra nacional".*⁹⁰ [grifos meus]

⁸⁹ ROLLAND, Denis. "O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais". In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 95.

⁹⁰ SAID, Edward W. "Representações do Intelectual". In: SAID, E.W. *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 21-22.

Said sintetiza a delicada e difícil posição do intelectual descrevendo-o como alguém que tenta permanentemente equilibrar-se "entre a solidão e o alinhamento."⁹¹

Em que bases esta "relação delicada" entre intelectuais e poder se refletia nas páginas de *Cultura Política*?

Recorro, mais uma vez, a citação extraída de um dos números da revista para prosseguir nesta especulação em torno do tema. O que o Estado pensava fica bastante explícito nas palavras a seguir reproduzidas, que refletem sua expectativa quanto ao papel que entendia caber ao intelectual no novo contexto político:

*[O] Estado brasileiro se volta para os intelectuais do Brasil, convertendo a indiferença de ontem em simpatia de hoje, mostrando-lhes a função social que lhes compete nesse movimento recriador de valores, que se impôs. [...] Como uma iniciativa espontânea da nova política do Brasil, a inteligência está sendo chamada a participar de todas as iniciativas oficiais do governo, que a separa em grupos de especialistas capazes ou técnicos, cujo concurso tem sido dos mais fecundos ao progresso intelectual das gerações que vão surgindo. [...] Conciliando a inteligência com a vida da nação, a política brasileira deste instante prossegue no cumprimento de seu programa realista e socializador, segundo o qual todas as atividades intelectuais devem ser centralizadas e incidir para um vértice comum: -- o progresso do país para o bem coletivo. [...] Ordenando as classes intelectuais, o Estado o faz para melhor integrá-las na colaboração que exige de todos, para o benefício de cada um. [...] O Governo reconhece [...] até onde poderá caminhar sozinho. Mas deseja, por isso, que os filhos do país compreendam as responsabilidades que lhes competem, convidando-os a participar de suas realizações como colaboradores necessários da obra de dignificação intelectual que encetou.*⁹²

O redator deste editorial (o texto não é assinado) enfatiza, ainda, que a cultura constitui apenas um luxo e a ilustração mero *décor* se não estiverem postas a serviço das necessidades de cada época.

Este chamado aos intelectuais para que assumam sua responsabilidade face à construção da nova ordem aparece em outros artigos da revista. De forma geral, porém, observa-se a preocupação em enfatizar que a colaboração deve ser espontânea e de assegurar que não haverá interferência de órgãos do governo no sentido de orientar os colaboradores acerca do conteúdo dos artigos, nem de "filtrar" o que está sendo escrito. Como frisado na abertura da seção "Brasil

⁹¹ SAID, Edward W. "Representações do Intelectual". In: SAID, E.W. *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*, op. cit., p. 35.

⁹² A ordem política e a evolução intelectual. Texto de introdução aos artigos veiculados na subseção "Evolução Intelectual". *Cultura Política*. Ano I, nº. 2, abril de 1941, pp. 259-260.

social, intelectual e artístico" do primeiro número de *Cultura Política*, "elementos de diversas correntes literárias, artísticas e científicas se encontram aqui representados, pois esta Revista não tem partidos [...]".⁹³

No trecho maior acima transcrito, porém, algumas passagens parecem indicar uma tendência a solapar a autonomia dos colaboradores. Como, por exemplo, quando se fala em "separar" a inteligência por "grupos de especialistas", ou em "ordenar" as classes intelectuais, ou ainda em "centralizar" as atividades intelectuais, orientando-as para um "vértice comum", que seria o "progresso do país para o bem coletivo".

É interessante, para se ter noção de como as diretrizes traçadas pelos coordenadores da política desenvolvida para a área cultural durante o Estado Novo se refletiam em *Cultura Política*, o comentário que faz Elide Rugai Bastos em ensaio incluído no já mencionado *Intelectuais e Estado*. Discorrendo sobre o papel político atribuído à cultura pelo regime instituído em 1937, a autora chama a atenção para a tentativa de se direcionar até mesmo o modo como os artigos da revista deveriam ser lidos: "O 'box' de apresentação das diferentes partes da revista *Cultura Política* define o sentido da leitura dos artigos que a compõem, independentemente da intenção de seus autores", lembra ela.⁹⁴

Era também a expectativa do Estado que a colaboração prestada fosse incondicional e tivesse como base a confiança mútua. A passagem transcrita abaixo, que integra o artigo de abertura de uma das subseções da revista, ilustra bem este aspecto:

[...] a política pode [...] ser responsabilizada pela evolução ou retardamento intelectual em determinado período da vida nacional. Estamos falando [...] da inteligência num sentido muito além daquele que, de modo vulgar, lhe emprestamos. Isto é, da inteligência enquanto dádiva, da inteligência enquanto benefício comum, da inteligência a serviço da sociedade, inteligência que se aprecia associada a algo que veicule a sua marca. [grifos no original]
Dessa inteligência [...] podemos orgulhar-nos, hoje, considerando os resultados de sua cooperação incondicional às iniciativas do governo. Ele a estimula [...] de todas as maneiras e ela não trai [...] a confiança na sua força, assim como não sabe dispensar a ajuda que o Estado lhe fornece.⁹⁵ [grifos meus]

⁹³ Texto de introdução à seção "Brasil social, intelectual e artístico". *Cultura Política*. Ano I, nº. 1, março de 1941, p. 226.

⁹⁴ BASTOS, Elide Rugai. "Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil". In: RIDENTI, M., et al. (Org.). *Intelectuais e Estado*, op. cit., p. 123.

⁹⁵ Texto de introdução à subseção "A ordem política e a evolução intelectual". *Cultura Política*. Ano II, nº. 15, maio de 1942, pp. 286-287.

Chama especial atenção a última frase, por tocar em ponto polêmico da questão. Qual, exatamente, o tipo de "ajuda" indispensável fornecida pelo Estado e em que medida tal ajuda poderia comprometer a neutralidade e integridade das opiniões expressas em *Cultura Política* pelos intelectuais que ali publicavam seus prognósticos e diagnósticos sobre os problemas brasileiros? No caso dos autores dos artigos selecionados para análise na presente dissertação, tornar-se-ia exercício bastante difícil estabelecer uma fronteira precisa entre quais autores estariam expressando, de forma efetivamente independente, suas respectivas visões sobre a situação política, econômica e social brasileira, e quais estariam, por assim dizer, dando voz a atitudes e posições que eram, na realidade, aquelas que o governo subscreveria. A dificuldade aumenta ainda mais se tivermos em mente que, dentre estes articulistas, praticamente todos aqueles cuja qualificação é informada pela revista ocupavam funções ligadas à administração pública federal, estadual ou municipal, como se verá na parte da dissertação que trata dos artigos propriamente ditos. Com raras exceções -- como, por exemplo, o jornalista e escritor Azevedo Amaral, ou o estudante Pedro Manes (ainda que este fosse aluno do diretor da revista, Almir de Andrade) -- estamos falando de professores de escolas e universidades públicas, diretores e funcionários de órgãos e autarquias governamentais, promotores públicos, procuradores da fazenda, militares.

A este respeito podemos fazer referência à reflexão de Edward Said, elaborada em um dos capítulos do já citado *Representações do Intelectual*. Afirma ele, especulando sobre o risco em que incorrem os intelectuais que servem ao poder e recebem desse poder alguma espécie de recompensa, que tal relação pode, sim, interferir na capacidade destes atores de produzir, com o necessário espírito de independência, as análises e julgamentos críticos que, no seu entender, constituem a contribuição que se espera de um intelectual. Said enfatiza que

o intelectual propriamente dito não é um funcionário, nem um empregado inteiramente comprometido com os objetivos políticos de um governo, de uma grande corporação ou mesmo de uma associação de profissionais que compartilham uma opinião comum. Em tais situações, as tentações de bloquear o sentido moral, de pensar apenas do ponto de vista da especialização ou de reduzir o ceticismo em prol do conformismo são muito grandes para serem confiáveis. Muitos intelectuais sucumbem por completo a essas tentações e, até

*certo ponto, todos nós. Ninguém é totalmente auto-suficiente, nem mesmo o mais livre dos espíritos.*⁹⁶ [grifo meu]

No Brasil da era Vargas, como lembra Helena Bomeny, a atuação de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação, entre 1934 e 1945, exerceu influência decisiva na forma de inserção dos intelectuais na esfera da política, aproximação que resultou, entretanto, em uma relação "*nada pacífica*".⁹⁷ A participação deste segmento da sociedade no governo, sublinha,

*[...] tem sido recuperada com os desconfortos que daí advêm por termos de incluir naquele período o Estado Novo (1937-1945), um marco da política autoritária no Brasil. Qual teria sido a aquiescência desses intelectuais na montagem do autoritarismo? Quanto aceitaram da experiência do fechamento político e da restrição da liberdade?*⁹⁸

Bomeny busca, em cartas dirigidas ao ministro Capanema por alguns daqueles intelectuais, "*fonte inestimável para capturarmos a ambigüidade do casamento entre homens de espírito e rotinas do poder*"⁹⁹, material para ilustrar sua linha de argumentação. A leitura das cartas -- com destaque para as de Pedro Nava, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade -- a leva a propor que a participação dos intelectuais na chamada "*constelação Capanema*" obedeceu a dois impulsos distintos: de um lado, houve uma reação positiva por perceberem nesse chamado do governo a tentativa de se construir um Estado do bem-estar, através da concepção e implementação de políticas que contemplavam diversas áreas da vida social. Por outro, a tensão expressa na tese de Julien Benda sobre a traição dos "*clerics*" evidenciou-se em um movimento de adesão/afastamento e de entusiasmo/recusa¹⁰⁰. No início do século XX, avalia a autora, as noções de ordem e progresso assumiram precedência em relação à aspiração democrática, o que poderia estar na raiz do fato de que muitos dos projetos pensados para o país a partir dos anos 1930 por boa parte da intelectualidade brasileira tenham buscado

⁹⁶ SAID, Edward W. "Falar a verdade ao poder". In: SAID, E. W. *Representações do intelectual*, op. cit., p. 90.

⁹⁷ BOMENY, Helena. "Infidelidades eletivas: intelectuais e política". In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, op.cit., p. 14.

⁹⁸ Ibid., p. 15.

⁹⁹ Ibid., p. 28.

¹⁰⁰ Ibid. Cf. p. 26.

na crença na intervenção do Estado e na fé nos progressos da ciência a sua inspiração¹⁰¹. Diante disto, conclui,

*[...] não chega a surpreender que houvesse representantes de todos os segmentos da vida inteligente num governo que se arvorava em modelo de intervenção costurado com argumentos de racionalidade, planejamento, combate ao regionalismo, às oligarquias e ao mandonismo local -- um Estado moderno, enfim. Daí a acolhida que teve nos mais importantes grupos de intelectuais daquela geração.*¹⁰²

A relação entre intelectuais e Estado é também objeto da análise de Sergio Miceli, em "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)"¹⁰³. No período em que vigorou o regime autoritário instituído por Getúlio Vargas, Miceli estima que houve considerável expansão das investidas do poder dirigente no sentido de cooptar os intelectuais, acenando com a possibilidade de acesso a carreiras e funções nas mais diversas áreas da burocracia estatal como forma de atraí-los para seu projeto político. Neste cenário, o que distingue o governo Vargas e torna a política cultural elaborada pelo Estado Novo elemento importante no âmbito do debate sobre a relação entre intelectuais e poder, é o fato do regime haver conferido à cultura a condição de "*negócio oficial*", com orçamento próprio e projetos para a criação de uma *intelligentzia*. O Estado firmava-se, assim, como árbitro supremo na condução de assuntos relativos à cultura, outorgando-se o direito de intervir na produção, difusão e conservação de todo e qualquer trabalho artístico e intelectual.¹⁰⁴

Envolvidos, desta forma, com a máquina do Estado, fosse prestando serviços de caráter estritamente burocrático e desenvolvendo suas atividades intelectuais em paralelo, fosse disponibilizando seu trabalho intelectual diretamente para a legitimação do projeto político do governo, o resultado prático de tal relação, avalia Miceli, traduzia-se em um quadro de dependência material e institucional que passava a definir os termos em que a relação deveria se

¹⁰¹ BOMENY, Helena. "Infidelidades eletivas: intelectuais e política". In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, op.cit. Cf. p. 20.

¹⁰² Ibid., p. 21.

¹⁰³ MICELI, Sergio. "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)". In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 69-291.

¹⁰⁴ Ibid. Cf. pp. 197-198.

constituir. Tratava-se de situação confortável na aparência, mas contaditória na essência. Se por um lado os intelectuais se sentiam protegidos das "*oscilações de prestígio*" e dos humores do mercado, se viam fluir os subsídios para as iniciativas culturais, por outro lado sua própria produção intelectual acabava por ficar comprometida. Em tal contexto, resume Miceli,

eles acabam negociando a perspectiva de levar a cabo uma obra pessoal em troca da colaboração que oferecem ao trabalho de "construção institucional" em curso, silenciando quanto ao preço dessa obra que o Estado subsidia de algum modo indireto. Na condição de presas da máquina do Estado e [...] desejosos de se livrarem dos cerceamentos que costumam tolher os praticantes de uma arte e uma literatura oficiais, eles resolveram esse dilema cedendo ao encanto de justificações idealistas. [...]

Diante dos dilemas de toda ordem com que se debatiam por força de sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, buscaram minimizar os favores da cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em âlibis nacionalistas. [...] Dando seqüência à postura inaugurada pelos modernistas, esses intelectuais cooptados se autodefinem como porta-vozes da sociedade [...].

[...] No tocante às ideologias quase profissionais que os produtores desenvolvem a respeito de si mesmos, do valor do que fazem e, acima de tudo, da posição singular que ocupam no espaço da classe dirigente, foi esse o momento-chave na definição da autoridade de que se reveste o mandato dos incumbidos de gerir a política cultural do regime.¹⁰⁵

Relevante estudo elaborado pelo sociólogo francês Daniel Pécaut¹⁰⁶ vem enriquecer o debate sobre a questão do envolvimento dos intelectuais com o Estado no caso brasileiro. No cenário específico do regime instituído no país por Getúlio Vargas, e em especial durante o período em que vigorou o Estado Novo, o autor aponta a intenção do governo de implantar um "*autoritarismo desmobilizador*", intenção que se concretizava na tentativa de cooptar os intelectuais, "*mesmo os reticentes para com o autoritarismo*"¹⁰⁷. A atitude refletia um movimento no sentido de promover uma "cultura do consenso", capaz de propiciar a aproximação entre os "*intelectuais do regime*" e os não simpatizantes, como parte de um projeto mais amplo de conciliação das diversas correntes que davam apoio regime. A revista *Cultura Política*, assinala, tinha importante papel a desempenhar nesse contexto, como parte do "*plano de intervenção cultural*"

¹⁰⁵ MICELI, Sergio. "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)". In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*, op. cit., pp. 216-217.

¹⁰⁶ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 69.

idealizado pelo governo e coordenado pelo DIP¹⁰⁸. A liberdade de criação dos intelectuais teria sido, no seu entender, preservada pelo regime, que lograva "não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também ao se referir a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas"¹⁰⁹. Pécaut retrata esta complicada relação de forma interessante e objetiva:

O Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional. Se os intelectuais aderiram a uma "ideologia de Estado", o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo "intelectual". Além disso, o Estado não conhecia outra expressão da opinião pública exceto a representada pelos intelectuais. Vale dizer que o Estado atribuía [...] três papéis complementares aos intelectuais: concorrer para a definição das finalidades da ação política, expressar a presença da sociedade civil e dar o exemplo de um ator social coletivo. No discurso teórico daquele momento, esses três papéis foram interpretados também como três atributos: definir o que fundamenta a unidade social e o que se relaciona ao ato transformador; revelar a realidade; formar uma corporação que assumisse o interesse geral, acima das corporações encarregadas dos interesses específicos. Mais ainda: uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão -- a de se adaptar às leis que presidem à evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais --, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos "intelectuais" o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos.¹¹⁰

Como ensina o mestre Antonio Cândido, entretanto, na verdadeira "batalha de interpretações" em que acabam envolvidos os que se dedicam a analisar a inserção dos intelectuais em um contexto político marcado por demandas criadas pelas instâncias detentoras do poder no que tange à produção cultural, está sempre presente o risco de se incorrer em análises apressadas, com acentuado viés ideológico e com tendência a "misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação."¹¹¹

Bolivar Lamounier, em cuja análise o chamado "pensamento de 30" se estende de 1920 a 1945, já chamara a atenção para essa tendência a caracterizar em bloco os intelectuais da década de 1930, convencendo-se designá-los de

¹⁰⁸ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Cf. pp. 69-70.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 72.

¹¹⁰ *Ibid.*, pp. 72-73.

¹¹¹ CANDIDO, Antonio. Prefácio a "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)". In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*, op. cit., p. 73.

"autoritários"¹¹² e, muitas vezes, identificando-os como "fascistas"¹¹³. Lamounier questiona a classificação desses pensadores como fascistas, atribuindo-a à falta de percepção, por parte dos críticos, do esforço que faziam para se distinguir do fascismo, delimitando "o espaço político que jaz entre o liberalismo e o fascismo"¹¹⁴. Tal atitude, a seu ver, traduz uma certa "má vontade" dos analistas, na medida em que não situam a obra desses autores em seu correto contexto político e cultural, desta forma atropelando os fatos. A questão que ele se coloca é

*se existia entre eles suficiente unidade, suficiente semelhança temática, suficiente proximidade de premissas, de pontos de partida, para que se possa aplicar a esses pensadores, em conjunto, alguma categoria como a de ideologia -- sabendo que um dos significados dessa categoria é o de consistência, de inter-relação ou de caráter de sistema dentro de um conjunto de idéias.*¹¹⁵

O perigo representado pelo recurso a uma chave simplista para interpretar a relação entre intelectuais e poder é também salientado por Ângela de Castro Gomes. Em estudo sobre o envolvimento da elite intelectual com a burocracia oficial durante o regime estado-novista, a autora faz questão de frisar que a participação desses atores no projeto político do Estado Novo vem sendo alvo de análises conduzidas sob as mais variadas óticas. No seu entender, é preciso afastar, "por premissa teórica", quaisquer idéias de "manipulação" por parte do Estado, ou de "alienação e traição" por parte dos intelectuais, evitando tomar a participação de intelectuais em políticas de governo como evidência de adesão automática às diretrizes ideológicas do regime, ou mesmo como sinal de "cooptação", entendida como "algo próximo a uma transação mercantil de caráter utilitário".¹¹⁶

O debate em torno do assunto, como se vê, é por demais extenso e, pelas razões já apresentadas, não pode ser aqui desenvolvido com a profundidade que seria recomendável. Acredito, porém, que Ângela de Castro Gomes conseguiu

¹¹² LAMOUNIER, Bolivar. "A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980". In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1983, p. 549.

¹¹³ Ibid., p. 553.

¹¹⁴ Ibid., loc. cit.

¹¹⁵ Ibid., p. 549.

¹¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 47.

reunir, em excelente comentário, os muitos elementos em que se desdobra o problema desta relação delicada, que a autora define, com sensibilidade, como uma "*relação de mão dupla*". Por este motivo, escolho fechar esta análise transcrevendo sua perspicaz apreciação:

A questão do envolvimento de intelectuais com regimes políticos -- sobretudo autoritários, como no caso do Estado Novo -- é algo bem mais complexo e instigante. Para se compreender essa dinâmica e o sentido da categoria cooptação, é relevante reconhecer o interesse e até a necessidade de um regime de estabelecer contatos com o meio intelectual. Do mesmo modo, é interessante e necessário, para os intelectuais, participar de um novo espaço político que a eles se abre, oferecendo tanto oportunidades de tipo financeiro como de prestígio sócio-cultural. Isto é, essa é uma relação de mão dupla cheia de possibilidades diferenciadas, sendo fundamental atentar para vários pontos, tais como: o "lugar" do aparelho de Estado que demanda a colaboração dos intelectuais; a política que está sendo implementada; e o tipo de participação solicitada. Nesses contatos, portanto, uma variada gama de aproximações, distanciamentos e negociações pode se estabelecer, fazendo com que intelectuais, mais ou menos simpáticos a um regime, possam ser cooptados, ou seja, possam negociar margens de liberdade, já que a aberta e radical oposição nunca é possível.¹¹⁷
[grifo meu]

2.2.

Da importância de *Cultura Política*

O regime autoritário que vigorou no Brasil entre 1930 e 1945 teve dois marcos fundamentais. A Revolução de 30 foi o marco inicial. Seus idealizadores acreditavam que a única maneira de introduzir as profundas mudanças de que, na sua percepção, o país necessitava para inserir-se na nova ordem mundial -- a ordem do progresso e da industrialização -- seria contrapor-se e destruir a ordem política liberal instaurada pela República Velha. O sistema liberal-democrático era por eles criticado como artificial e importador de modelos externos. Era também considerado o principal entrave ao projeto de modernização do Brasil e de construção de uma política que estivesse em sintonia com a realidade nacional: uma política capaz de promover a integração entre o país "legal" e o país "real".

Se a proposta era esta, a execução, na prática, provou não ser simples. As dificuldades encontradas para a consolidação do processo revolucionário eram em grande parte agravadas pelo fato de serem as forças revolucionárias que haviam

¹¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha, et al. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, op. cit., p. 47.

tomado parte na Revolução de 30 por demais diversificadas em seus interesses, e seus projetos para a reconstrução do país nem sempre serem convergentes. Agitações políticas, de que são exemplos a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e a Intentona Comunista de 1935, alastravam-se pelo país. A Constituição promulgada em 1934 era percebida por Getúlio Vargas -- eleito, neste mesmo ano, pelo voto indireto, para a Presidência da República -- e por seu círculo mais próximo de colaboradores como mais representativa de interesses dos setores liberais. Na perspectiva deste grupo, os problemas se sucediam, desafiando o princípio da autoridade e impedindo que se traduzissem em ação as estratégias concebidas para dar início à grande transformação que deveria mudar a face do Brasil.

Feito o diagnóstico, a alternativa apresentada foi partir para uma solução radical: o grande salto qualitativo capaz de alavancar o desenvolvimento do país e permitir seu ingresso na nova ordem mundial só poderia tornar-se realidade se o processo fosse conduzido por um Estado forte, centralizador e autoritário, que agilizasse a tomada de decisões.

Estava aberto o caminho para o advento daquele que seria o segundo marco fundamental da transformação que se iniciara com a Revolução de 30. Em 10 de novembro de 1937, um golpe levou à instauração do Estado Novo. Uma nova Constituição foi promulgada, uma Constituição outorgada que estabelecia as bases para o advento de um Estado intervencionista e politicamente centralizado, conferindo um perfil antiliberal à organização da sociedade. Sob o novo regime, o Parlamento foi dissolvido, os partidos políticos extintos, e ampliados os poderes políticos do presidente.

Para além destes dois marcos fundamentais, no entanto, o Estado Novo possui ainda uma "marca" fundamental, como lembra Ângela de Castro Gomes. E esta marca é a "ambigüidade". Por este motivo, diz ela, destinam-se ao fracasso "*todos os esforços analíticos que procurem reduzir suas dinâmicas políticas a esquematismos simplistas e/ou maniqueístas.*"¹¹⁸ Ela enfatiza que o Estado Novo não pode ser retratado como um regime homogêneo, portador de uma "*doutrina oficial compacta*". Ainda que seja possível distinguir, em meio às propostas

¹¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha, et al. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, op. cit., p. 45.

elaboradas pelo novo regime, um conjunto de idéias que configuram o fio condutor de um projeto político, uma análise realizada sob a ótica da homogeneidade inviabilizaria a percepção das nuances de tal projeto.¹¹⁹

A par da imposição de um Estado autoritário, com forte centralização de poder e extremamente criativo no que tange ao desenvolvimento de mecanismos de controle da sociedade, o regime instituído por Vargas deve também ser analisado pela capacidade demonstrada, no curto período que se estende de 1937 a 1945, de criar as condições para que o país desse um salto de qualidade em termos de modernização econômica e social, com reflexos positivos na aceleração dos processos de industrialização e urbanização. Contribuíram para esse salto de qualidade, como bem avalia Ângela de Castro Gomes, a racionalização do aparelho burocrático do Estado e a preocupação em implantar políticas sociais consistentes, destinadas a regular as relações trabalhistas, a ampliar o alcance da rede de saúde pública, a pensar soluções para a área da educação e traçar diretrizes para esfera da cultura, na acepção ampla do termo. O que não equivale, adverte ela, a

*minimizar a violência física e simbólica do aparelho de Estado, facilmente detectadas pela ação da polícia política, da censura, da permanência de padrões clientelistas na organização pública e, também, da participação no poder do Estado dos setores agrários, ainda que não com a mesma força e prestígio.*¹²⁰

O caráter ambíguo do regime implantado em 1937 é também assinalado por Boris Fausto. Em comentário sobre o fascínio que o Estado Novo exerce até hoje, o autor observa, em um misto de análise e advertência, não ser ele "*um espécime morto, sobre o qual se possa debruçar com um olhar zoológico*". Aponta como uma das possíveis explicações para tal encanto, à parte os motivos que se podem atribuir a controvérsias políticas atuais, precisamente o fato de o Estado Novo ser um regime complexo em sua constituição e objetivos, razão pela qual, ao invés de examiná-lo com um "*olhar frio*", deve-se "*buscar entender, com*

¹¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. "O redescobrimto do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, op. cit. Cf. p. 189.

¹²⁰ Idem. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha, et al. (Org.). *Cultura política e leituras do passado*, op. cit., p. 45.

a objetividade possível, que diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso."¹²¹

O contexto político internacional no qual se insere a implementação, no Brasil, do estado de exceção que se estendeu de novembro de 1937 a outubro de 1945 é bem recuperado por Lúcia Lippi Oliveira, e sinaliza que o Estado Novo não pode ser visto como uma anomalia na trajetória política do país:

*Nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção dos brasileiros ilustrados. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1923; Hitler, com sua ascensão à Chancelaria em 1933, acabou de desintegrar a República de Weimar; Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil. A França, modelo da nossa civilização humanista, vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalistas de direita desde o fim do século XIX, e teve, no caso Dreyfus, um divisor de águas da política e da sociedade. Nos anos 20, o nacionalismo integral de Charles Maurras se fez atuante através de L'Action Française, órgão que teve influência junto aos católicos brasileiros que se reuniam em torno do Centro Dom Vital e da revista A Ordem. O Estado Novo ocorreu, portanto, numa onda de transformações por que passava o mundo, o que reforçava a versão de que a velha democracia liberal estava definitivamente liquidada.*¹²²

Lúcia Lippi analisa que, em tal contexto, a tentação de se identificar o Estado Novo com o fascismo europeu era forte e, nesse processo, as especificidades que marcaram o regime acabavam por não merecer a devida atenção.¹²³

O Estado Novo foi anunciado como o alvorecer de uma nova era, portadora de uma nova ordem política e social. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes, "*Os 'revolucionários' de 1937 interpretavam o período que vai de 30 até o golpe de novembro como um interregno do projeto de fundação do novo Estado.*"¹²⁴

Mas este Estado autoritário, que suprimia as liberdades políticas, pretendia, ao mesmo tempo, não ser percebido como supressor das liberdades

¹²¹ FAUSTO, Boris. "O Estado Novo no contexto internacional". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*, op. cit., p. 20.

¹²² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Apresentação". In: OLIVEIRA, Lúcia. L., et al. *Estado Novo: ideologia e poder*, op. cit., pp. 7-8.

¹²³ *Ibid.*, p. 8.

¹²⁴ GOMES, Ângela de Castro. "O redescobrimto do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 195.

individuais. Com tal postura, buscava diferenciar-se dos regimes totalitários. Como conciliar estas duas imagens?

É neste momento que se torna necessária a produção de um discurso legitimador. Para defender e justificar os novos rumos que pretendia imprimir às questões de caráter político, econômico e social, conferindo legitimidade não só às medidas já tomadas em preparação para o golpe de 37, como também àquelas ainda por tomar, o governo buscou apoio junto a setores da elite política e intelectual do país, considerados estratégicos para o processo de construção do novo Estado.

Através da estratégia traçada para a área da cultura pelo DIP, o discurso político produzido por aqueles setores da elite -- que tinha nas páginas de *Cultura Política* um de seus mais importantes polos de divulgação -- estendeu sua influência e imprimiu sua marca às atividades culturais como um todo, abrangendo não só a literatura, mas também o teatro, o cinema, o rádio. Para explicar o regime, como assinala Mônica Pimenta Velloso,

*[...] foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado.*¹²⁵

Neste esforço de convencimento, que envolve a produção e divulgação de uma ideologia que se transformara em elemento central do projeto político da nova ordem, a cultura adquire papel primordial e passa a ser considerada, ainda segundo Mônica Velloso, "*em termos de organização política*"¹²⁶. Não só a cultura havia se tornado uma questão de Estado, como política e cultura passaram a ser questões indissociáveis. Ângela de Castro Gomes, discorrendo sobre a centralidade da ideologia para a construção da ordem política, sublinha que é necessário

afirmá-la como recurso de poder fundamental ao esforço de articulação e de produção não só do que já existe, mas sobretudo daquilo que se deseja que exista.

¹²⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, Lúcia L., et al. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, op. cit., p. 71.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 72.

*Daí constituir-se em objeto privilegiado para a revelação de projetos políticos; daí também seu papel ativo na implementação de tais projetos.*¹²⁷ [grifo meu]

E daí também, pode-se acrescentar, a importância da colaboração dos intelectuais. A eles caberia explicar o sentido do ideal que estava na origem da estrutura institucional autoritária adotada pelo Estado, ideal este que os construtores da nova ordem insistiam em definir como democrático.

Convocados a se engajar ativamente na produção e divulgação do arcabouço doutrinário da nova política do Brasil, a participação dos intelectuais nesta tarefa foi essencial e expressiva. É importante salientar que este projeto "literário" esteve sempre subordinado ao projeto maior, que era o projeto político. Com a intenção de evitar confrontos diretos com aqueles que optavam por não emprestar seu prestígio para dar apoio ao novo regime, o Estado se aplicava em contornar atitudes que pudessem resultar em uma ruptura definitiva capaz de levar este segmento a fazer oposição aberta ao governo, apesar da censura que então vigorava.

A revista *Cultura Política* foi criada, em tal contexto, como espaço ideal para abrigar um discurso que deveria constituir-se em instrumento de ação política a serviço da construção da nova ordem, através, principalmente, de uma releitura do conceito de democracia.

Idealizada para ser uma revista de estudos brasileiros, condição explicitada em seu subtítulo -- *Revista Mensal de Estudos Brasileiros* --, *Cultura Política* era uma publicação produzida por e para intelectuais e formadores de opinião.

O título e o subtítulo dizem muito sobre a essência da revista. Vários ensaios nela veiculados enfatizam a estreita relação entre cultura e política e procuram demonstrar a relevância desta associação. O próprio diretor, Almir de Andrade, faz questão de enfatizar a importância de ser o povo não apenas culto, mas politicamente culto. Para tanto, é fundamental que a produção da cultura seja resultado da sua organização no sentido de coordenar e unificar esforços e objetivos para a produção de um conteúdo socialmente útil, orientado para o bem comum e em harmonia com o projeto maior definido pelo Estado, e não fruto de

¹²⁷ GOMES, Ângela de Castro. "O redescobrimiento do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 189.

"esforços desarticulados e dispersos".¹²⁸ Organizar a cultura seria, em essência, a "grande missão" de publicações como *Cultura Política*. Em artigo intitulado, precisamente, "*Cultura e Política*" o diretor explicita esta perspectiva, ao argumentar que

existe entre a cultura e a política um traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes da inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido superior de orientação para o bem comum. Cultura e política são, por isso mesmo, indissociáveis: toda política verdadeira e sadia deve ser uma expressão da cultura popular, assim como toda cultura verdadeira e fecunda deve ter um sentido político, deve conter uma aspiração de integrar-se na vida organizada que a política representa, como cristalização da ordem social.

*Despertar, robustecer, dilatar essa consciência política que precisa existir em todo esforço de cultura -- é uma das finalidades desta Revista.*¹²⁹

Esta relação é também salientada por outro colaborador da revista, Paulo Augusto de Figueiredo, que reputa a cultura como condição essencial da realização do homem no plano pessoal, como indivíduo, sendo a política a condição de sua realização no plano coletivo, como cidadão. Para este autor, a cultura racionaliza a vida, enquanto a política a organiza. Deixa claro, contudo, que existe uma hierarquia, cabendo a preeminência à política. É ela que "*coordena e superintende todos os processos do desenvolvimento humano*", devendo a cultura integrar-se na política. Política e cultura, sublinha, "*operam conjugadas, na mesma zona vital*", sendo a vida o elemento básico da cultura e, por conseguinte, também da política, "*que é a cultura aplicada*". Para que a política seja eficiente, pondera, é imprescindível que atue sobre todas as esferas de atividade do homem.¹³⁰

A escolha do subtítulo, por sua vez, dá testemunho da relevância que cada vez mais adquiria a análise crítica daquilo que, à época, se convencionou chamar a "realidade brasileira". A preocupação com o tema adquire contornos mais definidos a partir da década de 1920, palco de intensas discussões travadas nos

¹²⁸ ANDRADE, Almir de. O Estado Nacional e a missão de "Cultura Política". *Cultura Política*. Ano II, nº. 18, agosto de 1942, p. 9.

¹²⁹ Idem. Política e Cultura. *Cultura Política*. Ano I, nº. 2, abril de 1941, p. 7.

¹³⁰ FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O conteúdo democrático do Estado Nacional. *Cultura Política*. Ano II, nº. 18, agosto de 1942. Cf. pp. 13-26.

círculos intelectuais e políticos em torno da elaboração de projetos de desenvolvimento para o país.

Na esteira destas discussões, constituiu-se uma elite intelectual sensível a novas idéias, cuja preocupação central era descobrir, a partir de uma volta às nossas raízes históricas, a real identidade do país para, de posse deste conhecimento, formular estratégias para transformá-lo em uma nação moderna e apta a assumir lugar relevante no concerto das nações desenvolvidas.

Como bem observa Márcia de Almeida Gonçalves, coleções como *Brasiliiana*, *Documentos Brasileiros* e *Biblioteca Histórica Brasileira* vieram, a partir dos anos 1930, consolidar a trajetória ascendente dos estudos sobre questões ligadas à realidade nacional, expressando um movimento de continuidade em relação ao "*desejo modernista de fundar conhecimentos singularizadores da nação brasileira*". Monteiro Lobato teria, segundo a autora, captado com sensibilidade este movimento quando, ao referir-se à coleção *Brasiliiana*, afirmou estar-se assistindo à proliferação de "*retratos poliédricos do Brasil*"¹³¹. E acrescenta:

*Como o próprio nome sugere, os Estudos Brasileiros, tema amplo das coleções referidas, agrupou, em cada uma de suas áreas, problematizações variadas sobre aspectos da cultura e da sociedade brasileiras. Congregou, nesse sentido, os esforços analíticos dispostos a iluminar, no sentido do uso da racionalidade, a compreensão da realidade nacional, na sua contemporaneidade e na sua historicidade.*¹³²

No campo da política, toda uma linhagem de autores, com destaque para Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, entre muitos outros, questionava a prática de se transplantar para o Brasil instituições políticas que não se coadunavam com a realidade nacional. Sobre esta dissociação já advertia, por exemplo, Alberto Torres na década de 1910, ao analisar o cenário em que se gestara a instituição do regime republicano no Brasil:

Os homens públicos estavam [...] longe de possuir o preparo dos fundadores da república americana. Cientistas, literatos e juristas da escola de Coimbra

¹³¹ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003, p. 230.

¹³² *Ibid.*, p. 231.

*trouxeram, para o nosso meio, brilhantes idéias, conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas, estudados nos centros europeus. Com tal espólio de doutrinas e imitações, arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático. Os problemas da terra, da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social, ficaram entregues ao acaso; o estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos -- doutos parlamentares e criteriosos administradores -- não eram políticos nem estadistas; bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou retóricas; digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas; tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exército, da armada, da instrução, das repartições, das secretarias, das finanças, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus. Sob a impetuosidade do primeiro monarca e o academicismo do segundo, o mecanismo governamental trabalhou sempre [...] estranho às necessidades íntimas, essenciais, do nosso meio físico e social.*¹³³

Na vida artística e literária, dando substância a idéias introduzidas pelo movimento modernista que se iniciara na década de 20, o eco desta preocupação se traduz, entre outras atitudes, na tendência a valorizar características que passam a ser percebidas como traços culturais originais brasileiros -- como, por exemplo, o fato de se falar um mesmo idioma em toda a extensão territorial de um país com as dimensões do Brasil, a originalidade da nossa música e da nossa arte populares, e mesmo a mistura racial.

Nos anos 30, em plena fase de diminuição da entrada de imigrantes de origem européia no país, assiste-se a um processo de valorização do elemento nacional. O trabalhador rural, por exemplo, até então percebido como pouco qualificado, passa a ser visto como substituto em potencial para o imigrante, capaz de contribuir com sua força de trabalho para o esforço de construção da moderna nação brasileira. O mestiço, por sua vez, de personagem estigmatizado é alçado à posição de representante da originalidade da raça brasileira.

A "*realidade brasileira*" afirma-se, assim, como um dos conceitos-chave da época, na avaliação de Antonio Cândido, materializando-se nos "*estudos brasileiros*" de história, política, sociologia, antropologia, que ganham coleções inteiras a eles dedicados. A tentativa de produzir uma análise crítica da nossa realidade, escreve ele, teve como traços mais destacados "*além da 'consciência*

¹³³ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 62. (Brasiliense, v. 17; 1ª. ed.: 1914)

social', a ânsia de reinterpretar o passado nacional, o interesse pelos estudos sobre os negros e o empenho em explicar os fatos políticos do momento."¹³⁴

Todo este impulso de renovação e transformação, que se estendia às mais diversas áreas de atividade -- educação, artes, literatura, estudos históricos e sociais, veículos de difusão cultural -- aparece refletido nas páginas de *Cultura Política*, que busca retratar o momento e traduzir a filosofia orientadora do Estado Novo. Considerada capaz de conter em si todas as manifestações essenciais que constituem a expressão do que seja uma nação, era desta forma apresentada, em suas páginas, tal filosofia:

*Filosofia integral, compreendendo a multiplicidade das manifestações vitais de uma nação, a filosofia de que nasceu o Estado Novo -- e que o integra e dirige -- é toda uma concepção ousada, mas firme, substancial e profunda, de um povo que se descobriu, que afinal se compreendeu a si mesmo e que caminha agora [...] para um fim pré-estabelecido. As raízes dessa filosofia estão na nossa história. A compreensão do Brasil, a explicação de sua vida, a procura de sua alma, a determinação do seu destino -- eis os fundamentos da filosofia que orienta o Estado Novo.*¹³⁵ [grifo no original]

Outros artigos da revista veiculam esta preocupação em conhecer e compreender o Brasil, como é o caso, por exemplo, da introdução à subseção *Evolução Intelectual* de seu primeiro número. Na perspectiva do redator, o interesse pelos estudos brasileiros e a curiosidade sobre nosso passado teriam sido "repentinamente" suscitados entre nós pelo fato da guerra de 1914. Avalia, contudo, que

*[...] foi só depois de 1930 [...] que descobrimos que podíamos atingir o universal através do nacional. Estes propósitos [...] coincidem [...] com os princípios da Revolução política, posterior à Revolução intelectual que vinha se arrastando, lentamente, desde 1922. [...] E como a política, recentemente inaugurada, imprimia à vida nacional um sentido eminentemente brasileiro, não tardou muito que a benéfica influência de seus propósitos invadissem os campos intelectuais (já amainados pela campanha nativista do modernismo) para frutificar em obras que [...] recomendam a nossa cultura e dignificam a nossa civilização. Nas letras, como nas artes, na literatura, como nas ciências, nas pesquisas desinteressadas ou na crítica revisora de valores, o Brasil já participa como centro de estudos ou como motivo de nossos trabalhos.*¹³⁶ [grifo meu]

¹³⁴ CANDIDO, Antonio. "A Revolução de 1930 e a cultura". In: CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª. ed., 2ª. reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 190.

¹³⁵ FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Novo e o Homem Novo. *Cultura Política*. Ano I, nº. 1, março de 1941, p. 136.

¹³⁶ A ordem política e a evolução intelectual. Texto de introdução à subseção "Evolução Intelectual". *Cultura Política*. Ano I, nº. 1, pp. 250-251.

Ainda nesta mesma linha de argumentação pode-se citar o artigo de Pedro Dantas, pseudônimo sob o qual escrevia Prudente de Moraes Neto, publicado na subseção Evolução Intelectual. Observa ele que os brasileiros substituíram a atitude "*negativista ou de espanto*", que os fazia agir como "*turistas*" em sua própria terra, por uma genuína vontade de conhecer o Brasil em suas diversas facetas, aceitando e afirmando a nossa realidade como distinta e orgulhando-se exatamente daquilo que a torna distinta. Ressalta haver chamado sua atenção um cartaz utilizado nas comemorações do aniversário da implementação do Estado Novo, cujos dizeres -- "*o Brasil entrou na posse de si mesmo*" -- o impressionaram

[...] pelo conceito em si e pelo fato de haverem sido julgados adequados a fins de propaganda. Essa circunstância é o indício suficiente de que "entrar na posse de si mesmo" é, no momento, uma das preocupações dominantes do espírito nacional. [...] Toda a literatura a que esta seção se refere constitui o mais formal atestado da aludida preocupação. Em todos os domínios, sob todas as formas, o Brasil é o grande assunto do espírito brasileiro, a sua última e absorvente descoberta.¹³⁷ [grifo meu]

Cultura Política teve, ao todo, 53 edições, publicadas entre março de 1941 e outubro de 1945. Raúl Antelo sublinha que, na realidade, o último número a ser oficialmente publicado com a chancela do aparelho estatal teria sido o nº. 50. Embora publicada em maio de 1945, a edição abrange os meses de março, abril e maio daquele ano. Os outros três exemplares -- nºs. 51, 52 e 53, respectivamente de agosto, setembro e outubro de 1945 -- teriam sido editados pelo próprio Almir de Andrade, após a dissolução da Agência Nacional. Andrade modifica o formato dos três derradeiros números da revista para torná-lo semelhante ao de *Seleções do Reader's Digest*, como relata Antelo:

[...] o grosso volume de quase trezentas páginas, medindo 16 x 22,50 cm, encolhe-se a um modesto exemplar, de escassas cento e poucas páginas, de 13,50 x 18,50 cm. Se formato e diagramação relembram as Seleções do Reader's Digest, a associação não é casual. Almir de Andrade confessa ter querido atingir um público maior, e, para tanto, confiara a distribuição da revista a Fernando Chinaglia, que também administrava Seleções.¹³⁸

¹³⁷ DANTAS, Pedro. Literatura de idéias. *Cultura Política*. Ano I, nº. 1, março de 1941, p. 258.

¹³⁸ ANTELO, Raúl. "Cultura Política". In: ANTELO, R. *Literatura em revista*, op. cit., p. 11.

Seu corpo de colaboradores, como já comentado, contava com pensadores de grande projeção no meio intelectual brasileiro. Os artigos veiculados não tinham como alvo o público em geral. Destinavam-se a um segmento mais específico, capaz de absorver e refletir sobre as questões de natureza política, econômica e social que, em suas páginas, eram abordadas de forma mais aprofundada do que a empregada em outras publicações -- como, por exemplo, em sua "meia-irmã" *Ciência Política*, cujo conteúdo foi desenvolvido com vistas a atingir um público mais amplo e não tão intelectualizado. Como observa Ângela de Castro Gomes, em *Cultura Política*

*[...] utilizava-se uma escrita sofisticada e toda uma bateria de argumentos fundados na moderna ciência social da época. Esta análise cientificista era contudo apenas um dos níveis de produção e divulgação do projeto político que estava sendo construído. A ampla propagação deste projeto e, especialmente, sua operacionalização recorreram a outro tipo de linguagem e a outros meios de comunicação.*¹³⁹

É interessante observar, a este respeito, que Mônica Velloso chama a atenção para a existência de uma divisão do trabalho intelectual, identificando duas esferas distintas: a esfera da "produção" propriamente dita das idéias, na qual estariam envolvidos os "grandes intelectuais", e a da "divulgação" dessas idéias, em que atuariam os "intelectuais médios". Neste cenário, *Cultura Política* era o local por excelência reservado aos intelectuais voltados para a produção do discurso estadonovista, ao passo que *Ciência Política* contava com a colaboração dos "intelectuais médios", a quem caberia a tarefa de decodificar as grandes linhas traçadas pelos produtores do discurso, de forma a facilitar seu entendimento pelo público em geral. Nas palavras da autora,

*Enquanto a Cultura Política se propõe a "definir" e/ou "esclarecer" o rumo das transformações político-sociais, fornecendo as coordenadas do discurso, a Ciência Política se autoconfigura enquanto "escola de patriotismo" voltada para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo.*¹⁴⁰

Cultura Política oferecia-se como espaço para o debate de idéias não só entre intelectuais ligados ao novo regime -- ideólogos do Estado Novo como

¹³⁹ GOMES, Ângela de Castro. "O redescobrimto do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 209.

¹⁴⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, Lúcia L., et al. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, op. cit., p. 76.

Lourival Fontes (diretor do DIP), o próprio diretor da revista Almir de Andrade, Francisco Campos (redator da Constituição de 1937 e Ministro da Educação no Governo Vargas), os escritores Azevedo Amaral e Cassiano Ricardo --, mas tinha a pretensão de apresentar-se, também, como espaço democraticamente aberto à diversidade de opiniões, capaz de abrigar pensadores de todos os matizes. Não deve portanto, a princípio, causar estranheza a presença em suas páginas de articulistas como os escritores Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, e o oficial graduado e futuro teórico do Partido Comunista Nelson Werneck Sodré, em tese contrários às linhas mestras da nova política.

Para dar materialidade àquilo que "*se deseja que exista*", algo, portanto, situado no futuro, era necessário recorrer à tradição, ou seja, àquilo "*que já existe*" e está situado no passado. Como observa Ângela de Castro Gomes, a legitimidade do novo Estado deveria ser, assim, buscada na origem¹⁴¹. Este movimento pode ser percebido nos artigos de *Cultura Política*.

Reconstituir a história do país a partir da reinterpretação do passado, da busca das origens "verdadeiras", torna-se assim o objetivo que deveria nortear a produção literária dos intelectuais sintonizados com o projeto de renovação nacional. A dificuldade, bem apontada por Mônica Velloso¹⁴², estaria em conseguir extrair, da miríade de realidades que se pretendiam como expressão da essência do Brasil, aquela que refletisse a verdadeira realidade nacional:

*Esse universo de contradições, onde se quer o uno no múltiplo, a continuidade na ruptura, sugere a metáfora do espelho. Pretendendo o igual, ele apenas ludibria, pois a imagem projetada jamais corresponde ao real. Reflexo e real nunca poderão se encontrar, posto que são inversos.*¹⁴³

Fazer com que reflexo e real coincidissem parece ser precisamente o objetivo de *Cultura Política*, se atentarmos para as palavras de Almir de Andrade no editorial de abertura do primeiro número da revista:

Anima-nos [...] a consciência de já [...] haveremos traçado um rumo definido para as nossas caminhadas do porvir. As páginas desta Revista procurarão definir e esclarecer esse rumo. Elas serão, nesse sentido, um espelho do Brasil. O que

¹⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. "O redescobrimto do Brasil". In: GOMES, Ângela de Castro. *A inveção do trabalho*, op. cit., p. 190.

¹⁴² VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, nº 2, 1988, p. 248.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 249.

*somos, o que pensamos, o que realizamos em todos os setores da nossa atividade criadora -- na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, na ciência -- ficará estampado nestas páginas através do depoimento de todas as gerações que hoje vivem, em todas as cidades e rincões do Brasil. Uns após outros esses depoimentos virão, do norte e do sul, do litoral e do centro, de velhos e moços, de gerações da República e do Império, de antes e de após-guerra. Eles falarão pelo Brasil. Porque eles são o Brasil.*¹⁴⁴

A estrutura da revista e as modificações a que foi submetida ao longo do período em que se manteve em circulação constituem indícios importantes para apontar o rumo que tomavam as mudanças instituídas pelo Estado Novo, e o próprio processo de re-significação do conceito de democracia, em especial face aos acontecimentos precipitados pela II Guerra Mundial. A revista apresentou duas fases distintas em sua estrutura editorial. A primeira estende-se do momento de sua fundação, em março de 1941, até a saída de Lourival Fontes da direção do DIP, em maio de 1942. A partir daí a estrutura começa a sofrer algumas alterações, mas é a partir de setembro de 1942 (nº. 19) que elas se intensificam, resultando em nova organização das seções da revista.

De acordo com levantamento feito por Marcus Figueiredo¹⁴⁵, as dezoito primeiras edições de *Cultura Política* mantiveram praticamente a mesma estrutura de seções e subseções. No início de cada seção, um pequeno texto introdutório apresentava, em linhas gerais, o objetivo a que se propunha aquela seção específica e os temas a serem abordados. Muitos dos artigos, por sua vez, vinham antecedidos por resumos de aproximadamente um parágrafo, que muitas vezes pareciam indicar uma tentativa por parte dos editores de direcionar o foco da leitura para determinados aspectos das questões discutidas. Os resumos traziam também, embora nem sempre, dados sobre os autores dos ensaios.

A seção "Problemas políticos e sociais", como o próprio nome indica, debatia temas ligados a estas duas áreas. Nela, segundo Ângela de Castro Gomes, era construído "*de forma mais erudita*", por intelectuais de peso como Almir de Andrade e Cassiano Ricardo, o discurso legitimador, mobilizando-se conceitos

¹⁴⁴ ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*. Ano I, nº. 1, março de 1941, p. 8.

¹⁴⁵ FIGUEIREDO, Marcus. *Cultura Política: revista teórica do Estado Novo*, op. cit. Cf. pp. 221-222. Uma análise criteriosa da estrutura da revista pode também ser encontrada em GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*, op. cit.

como nação, povo, Estado e burocracia, entre outros¹⁴⁶. Em "O pensamento político do Chefe do Governo", a cargo de pensadores da estatura de Azevedo Amaral e Rosário Fusco, eram divulgadas e analisadas as idéias de Getúlio Vargas. Artigos sobre a nova Constituição e sobre as mudanças introduzidas pela nova ordem no regime político e jurídico eram comentadas por magistrados de grande projeção na seção "A estrutura jurídico-política do Brasil". Questões relativas à legislação social e à política econômica eram tratadas em "O trabalho e a economia nacional". Relatórios sobre as realizações do governo nas mais diversas áreas eram apresentados na seção "A atividade governamental", que recebia a colaboração de autores ligados aos vários setores da burocracia civil e militar. Uma seção especialmente dedicada à história, "Textos e documentos históricos", reproduzia documentos considerados relevantes para a imagem de continuidade com um determinado tipo de passado que se queria afirmar. E, finalmente, aquela por muitos considerada uma das mais importantes seções de *Cultura Política* e tema de grande parte dos trabalhos publicados sobre a revista: "Brasil social, Intelectual e Artístico". O objetivo, nesta seção, era tornar patente a influência da política sobre a evolução das atividades sociais, intelectuais e artísticas do país. Nela eram veiculados editoriais e artigos que versavam sobre assuntos ligados a literatura, artes, usos e costumes, música e folclore, sempre com o cuidado de enfatizar o papel desempenhado pelo Estado Novo no desenvolvimento dessas atividades. Nos dezoito primeiros números da revista, a seção subdividia-se em quatro subseções: uma de caráter mais abrangente discutia questões ligadas à influência da política sobre as três áreas mencionadas. As outras davam tratamento específico e separado a cada uma delas, isto é, à evolução social, à evolução intelectual e à evolução artística.¹⁴⁷

Pesquisa feita por Ângela de Castro Gomes indica que todas elas, com exceção de "O trabalho e a economia nacional", foram seções fixas dos primeiros quinze números da revista.¹⁴⁸

Na edição de maio de 1942 (nº. 15) é introduzida nova seção, visivelmente por influência do desenrolar dos acontecimentos no cenário mundial. Com o nome

¹⁴⁶ GOMES, Ângela de Castro. "O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro". In: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*, op. cit., p. 128.

¹⁴⁷ FIGUEIREDO, Marcus. *Cultura Política: revista teórica do Estado Novo*, op. cit. Cf. p. 222.

¹⁴⁸ GOMES, Ângela de Castro. "O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro", op. cit., p. 128.

de "Política Militar e Defesa Nacional", reflete o pensamento do governo sobre questões de segurança nacional e seu posicionamento em relação à guerra, já em preparação para a entrada do país no conflito, o que ocorreria em agosto daquele ano com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália.

A estrutura de *Cultura Política* reflete o impacto das mudanças no cenário político interno e externo. Entre setembro e novembro de 1942, ainda segundo pesquisa de Ângela de Castro Gomes, o periódico ganha vinte e quatro novas seções, privilegiando a abordagem de assuntos relativos à guerra e às relações exteriores, como evidenciam alguns dos títulos -- "Política internacional", "O Brasil e a guerra", "O Brasil no exterior" -- e de temas correlatos. Em 22 de agosto de 1943 sai uma edição extraordinária da revista -- *Cultura Política: o Brasil na guerra* --, cujas seções são dedicadas exclusivamente ao tema.

O alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e a posterior entrada do país na guerra, aliados às contradições internas que se acentuavam, com reflexos na organização política do Estado Novo, provoca um redimensionamento do corpo de colaboradores de *Cultura Política*. Verifica-se um progressivo afastamento dos intelectuais de maior prestígio, cautelosos em continuar a associar sua imagem ao regime, e sua substituição por pessoal técnico e oficiais do Exército. A revista passa também por uma redefinição de seu perfil, redirecionado para promover a conscientização e a mobilização da sociedade para a realidade da guerra, o que lhe confere o caráter de publicação voltada para a difusão de uma cultura militar, que se mostrava preocupada com a segurança do país e com a defesa nacional.¹⁴⁹

A forma de organização e o nome das seções vai variando e se tornando irregular, sendo que algumas edições, como as de abril e dezembro de 1944, não apresentam divisão em seções. Tornam-se escassos os artigos assinados e mais frequentes matérias referidas como "reportagens especiais de *Cultura Política*". Nos três últimos números (51, 52 e 53), como já comentado acima, o próprio formato da revista é modificado por seu diretor, Almir de Andrade.

Em abril de 1943, em comemoração ao 60º aniversário de Getúlio Vargas, é publicada, como anexo à edição de nº. 26, uma separata de *Cultura Política* que recebe por título *O pensamento político do Presidente*. Além de uma pequena

¹⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro. "O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro". In: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*, op. cit. Cf. p. 130.

biografia de Vargas, abrangendo até o ano de 1937, e de uma bibliografia indicando as obras publicadas sobre o Estado Nacional e o pensamento do Presidente entre 1930 e a data desta edição especial, a separata reproduz artigos e editoriais veiculados nos primeiros 25 números da revista, tendo como critério de seleção sua relevância para melhor compreender e interpretar o pensamento de Vargas.

A repercussão, no contexto da política interna brasileira, dos desdobramentos que se verificavam no cenário internacional em função do desfecho para o qual se ia encaminhando a II Guerra, levava os setores dominantes do país a assimilar e adaptar à realidade nacional os valores propagados pelas grandes potências ocidentais que se afiguravam como vencedoras do conflito. Como assinala Gerson Moura, a pressão interna e externa obrigava o governo a pensar em uma estratégia de transição no sentido de deixar de lado a moldura institucional autoritária e restaurar a normalidade democrática. Nesta direção, foi revogada, já no início de 1945, a censura à imprensa e restabelecida a liberdade de organização política. Em fevereiro estabelece-se o prazo para a realização de eleições gerais no país. Em abril foram libertados presos políticos e legalizado o Partido Comunista. Em maio foi promulgada a nova lei eleitoral e convocadas eleições presidenciais para dezembro de 1945 e estaduais para o ano seguinte¹⁵⁰. Todos esses eventos certamente influenciaram a trajetória de *Cultura Política*.

Pode-se dizer, em síntese, que ao reunir os representantes mais significativos da elite intelectual brasileira para realizar o objetivo de apresentar e discutir, em suas páginas, problemas e realidades nacionais relacionados à política, à economia, ao trabalho, à produção, bem como questões sociais, científicas, literárias e artísticas, *Cultura Política* transformara-se em espaço privilegiado para a projeção do "*espetáculo extraordinário de renascimento do Brasil Novo*."¹⁵¹

A importância da revista deriva exatamente da forma como esse espetáculo seria projetado.

¹⁵⁰ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Cf. p. 50.

¹⁵¹ Texto de introdução à seção "Brasil social, intelectual e artístico". *Cultura Política*. Ano I, nº. 9, 10 de novembro de 1941, p. 360.